

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO:
O CASO DA CHINA

INÊS RAQUEL DA CRUZ COUTO PIRES LEITÃO

SETEMBRO - 2019

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO:
O CASO DA CHINA

INÊS RAQUEL DA CRUZ COUTO PIRES LEITÃO

ORIENTAÇÃO:
PROFESSOR DOUTOR VÍTOR MANUEL MENDES MAGRIÇO

SETEMBRO - 2019

“An investment in knowledge pays the best interest”
Benjamin Franklin

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento em especial ao meu orientador, Professor Doutor Vítor Magriço pela dedicação, competência e sabedoria.

Um profundo agradecimento à minha família, em particular à minha mãe por me ensinar que o saber não ocupa lugar e a não desistir dos meus objetivos. Aos meus amigos e a todos aqueles que de certa forma partilharam o seu percurso comigo, obrigada pelo vosso apoio e companheirismo.

RESUMO

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) consiste na transferência de recursos de um país para outro, supostamente com o objetivo de criar riqueza no país de acolhimento. Para muitos países, o IDE pode representar um importante motor para facilitar a integração económica internacional, pois com um quadro político adequado, ele pode proporcionar estabilidade financeira, promover o desenvolvimento económico e melhorar o bem-estar da sociedade.

Nos últimos anos, os fluxos do IDE têm tido um papel significativo para o crescimento da economia de vários países, sobretudo para aqueles que apresentam maiores fragilidades económicas, dado que proporcionam uma importante fonte de financiamento que lhes permite aumentar o nível da tecnologia e do *know-how* das suas empresas, e subsequentemente induzir o aumento da produtividade.

Recentemente têm-se verificado o aumento do interesse, por parte da China, no IDE em Portugal e noutros países, com os setores da energia, da banca e dos seguros no topo das preferências dos investidores chineses no caso português.

Nesta dissertação propomo-nos analisar o IDE chinês. Pretende-se analisar os principais investimentos realizados por investidores chineses em Portugal, com vista a tentar perceber se por detrás dos mesmos existe uma eventual estratégia política e/ou se os mesmos fazem parte de um modelo estratégico mais amplo que consubstancie uma tentativa de domínio económico chinês do Sul da Europa.

Palavras-chave: Investimento Direto Estrangeiro; IDE; China; Estratégia; Belt & Road Initiative

ABSTRACT

Foreign Direct Investment (FDI) is the transfer of resources from one country to another, supposedly for the purpose of creating wealth in the host country. For many countries, FDI can be an important driver for facilitating international economic integration, as with an appropriate policy framework, it can provide financial stability, promote economic development and improve the well-being of society.

In recent years FDI inflows have played a significant role in economy growth of several countries, especially those with the greatest economic weaknesses, as it provides an important source of finance that enables to increase the level of technology and know-how of its companies, and subsequently induce increased productivity.

Recently there has been an increase in China's interest in FDI in Portugal and elsewhere, with the energy, banking and insurance sectors topping Chinese investor preferences in the Portuguese case.

In this dissertation we propose to analyze the Chinese FDI. It is intended to analyze the main investments made by Chinese investors in Portugal, aiming to try to understand if behind those investments there a potential political strategy is and / or if those are part of a broader strategic model that embodies an attempt of Chinese economic dominance of southern Europe.

Keywords: Foreign Direct Investment; IDE; China; Strategy; Belt & Road Initiative

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Maiores investimentos chineses em Portugal.....	29
---	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - As Rotas da BRI	30
Figura 2 - Ilha do Mundo de Mackinder	32

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Investimento chinês, por setores, em Portugal (2008-2017).....	26
Gráfico 2 - IDE chinês, por setor, a nível mundial.....	27
Gráfico 3 - IDE da China e dos EUA (1990-2017), segundo dados da UNCTAD, 2018	35
Gráfico 4 - Distribuição geográfica do IDE chinês (2008-2017)	36
Gráfico 5 - Distribuição geográfica do IDE chinês (2005-2006)	36

LISTA DE SIGLAS

<i>AIIB</i>	<i>Asian Infrastructure Investment Bank</i>
BRI	Belt & Road Initiative
EMN	Empresa Multinacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
OBOR	One Belt, One Road
OECD	<i>Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico</i>
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	III
ÍNDICE DE TABELAS	IV
LISTA DE SIGLAS	VII
INTRODUÇÃO	10
1. CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	12
1.1. INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO (IDE)	12
1.1.1. <i>CONDICIONANTES DOS FLUXOS DE IDE</i>	15
1.1.2. <i>VANTAGENS DO IDE</i>	156
1.1.3. <i>DESVANTAGENS DO IDE</i>	17
2. CAPÍTULO II - POLÍTICAS DE INCENTIVO AO IDE	108
2.1. DETERMINANTES DA ATRATIVIDADE DO IDE	18
2.1.1. <i>ESTABILIDADE POLÍTICA, ECONÓMICA E SOCIAL</i>	18
2.1.2. <i>GRAU DE ABERTURA COMERCIAL</i>	19
2.1.3. <i>INCENTIVOS FISCAIS</i>	20
2.1.4. <i>TAXA DE CÂMBIO</i>	21
2.1.5. <i>AMBIENTE JURÍDICO</i>	21
2.1.6. <i>RECURSOS HUMANOS</i>	22
2.2. MOTIVAÇÃO PARA O IDE	23
2.2.1. <i>PROCURA DE RECURSOS (RESSOURCE-SEEKING)</i>	23
2.2.2. <i>PROCURA DE MERCADOS (MARKET-SEEKING)</i>	24
2.2.3. <i>PROCURA DA OTIMIZAÇÃO DE MATERIAL DE PRODUÇÃO (EFFICIENCY-SEEKING)</i>	24

2.2.4. PROCURA DE ATIVOS ESTRATÉGICOS (STRATEGIC ASSET-SEEKING)	24
<u>3. CAPÍTULO III - IDE EM PORTUGAL: O CASO DA CHINA</u>	25
3.1. OS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DA CHINA EM PORTUGAL	25
3.2. IDE CHINÊS EM PORTUGAL: UMA PORTA DE ENTRADA PARA CONTROLAR O SUL DA EUROPA?	29
3.2.1. <i>BRI - BELT & ROAD INICIATIVE</i>	29
3.2.2. <i>O QUE DIZEM OS ANALISTAS</i>	37
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	41
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	45

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) têm tido um papel significativo no crescimento da economia de vários países, sobretudo no caso dos que apresentam algumas fragilidades económicas, como as economias emergentes, representando um instrumento essencial na acumulação de capital. O IDE pode ter um impacto direto positivo nas economias dos países de acolhimento, quer se trate de países desenvolvidos ou de países em desenvolvimento. Esse impacto traduz-se, nomeadamente, em benefícios tecnológicos e na formação do capital humano, incentivando, por essa via, a modernização das economias, a criação de um clima de mercado mais competitivo e a integração no comércio internacional. No entanto, nem tudo são vantagens e o IDE também pode gerar alguns efeitos negativos sobre o país de acolhimento, nomeadamente a passagem de centros de decisão económica para atores estrangeiros e a eventual posterior degradação da balança de pagamentos quando ocorre repatriação dos lucros em larga escala sem contrapartida significativa ao nível das exportações. Este fenómeno está normalmente associado a estratégias de investimento focadas essencialmente no mercado interno do país de acolhimento, de que são exemplos os investimentos no setor financeiro, no setor da energia elétrica ou no setor da saúde.

Os atores principais do IDE são as empresas multinacionais (EMN), muitas vezes com o apoio explícito ou implícito dos Estados que as utilizam como instrumentos ativos nas suas estratégias de domínio político e económico. As EMN adaptam as suas estratégias e estruturas organizacionais consoante sopram os ventos em relação às tendências da concorrência num mercado cada vez mais globalizado. São essas tendências que ditam, muitas vezes, a relocalização dessas empresas, a qual é determinada pela avaliação que é feita da rentabilidade dos projetos. Essa avaliação leva em consideração não só as vantagens dos fatores de atratividade, como os riscos económicos e políticos dos potenciais países de acolhimento selecionados. Visto que os fatores nos quais as multinacionais se baseiam podem subitamente mudar fruto de situações de instabilidade política e/ou económica, isso pode levar à decisão de deslocalizar projetos em busca de sítios onde a atratividade seja maior, quer isso se traduza num ambiente isento de tensão política, quer isso signifique, basicamente, uma maior oferta de mão-de-obra mais barata e ou mais qualificada.

Nos últimos dez anos tornou-se notória a presença de IDE chinês em Portugal e no mundo, com os setores da energia, da banca e dos seguros no topo das preferências dos investidores chineses no caso português. Nesta dissertação pretende-se investigar se os principais investimentos realizados por empresas chinesas em Portugal consubstanciam uma mera opção económica dessas empresas baseada em teorias do IDE existentes ou se os mesmos fazem parte de um modelo estratégico mais amplo com vista ao domínio económico da China do sul da Europa.

A estrutura da dissertação encontra-se dividida em três capítulos principais e respetivas subdivisões.

No primeiro capítulo é feita uma revisão exaustiva da literatura com vista a fazer o levantamento do estado da arte sobre a temática do IDE e a sua relação com o crescimento económico. Pretende-se, sobretudo, identificar e definir os principais constructos teóricos que abordam a temática do IDE, de forma a construir uma base de conhecimentos que auxilie a fundamentação teórica da análise que nos propomos efetuar.

No segundo capítulo serão abordadas as políticas de captação de IDE focando essencialmente as determinantes da atratividade do IDE e os principais elementos que influenciam a motivação para o IDE.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo de caso, onde nos propomos estudar os principais investimentos realizados por investidores chineses e refletir acerca dos mesmos.

Por último, nas considerações finais, propomo-nos apresentar as conclusões que forem possíveis retirar deste estudo, assim como as limitações com que nos deparamos no decurso do mesmo.

1. CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. 1 INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO (IDE)

Segundo a definição avançada pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD (2016)), por Investimento Direto Estrangeiro entende-se o investimento internacional realizado por um investidor residente num determinado país (país de origem) com o objetivo de estabelecer uma relação económica duradoura com uma empresa sediada num país estrangeiro (país de acolhimento). O IDE tem subjacente, portanto, não só uma relação de longo prazo como também um poder de gestão e controlo significativo sobre a empresa financiada.

É relativamente consensual para os economistas a ideia de que existe uma correlação entre IDE e crescimento económico, na medida em que os fluxos de capital estrangeiro podem influenciar de forma positiva o crescimento. Ferreira e colaboradores (2011:156) reforçam esta ideia ao destacarem as vantagens que o IDE pode trazer para os países em desenvolvimento, acrescentando que:

[As] empresas multinacionais constituem assim uma fonte essencial de recursos financeiros, tecnológicos e organizacionais para os países, revelando-se os fluxos de IDE um mecanismo importante na provisão daqueles recursos, em especial nos países menos desenvolvidos.

Neste contexto, compreende-se que IDE represente para as economias mais frágeis uma oportunidade para a promoção do seu crescimento e a modernização das suas economias. Porém, na ótica estritamente das empresas que fatores podem explicar o IDE?

Ohlin¹ (1933), economista sueco, elegeu como principal motivação para o investimento internacional a capacidade de obtenção de elevadas taxas de rentabilidade em mercados crescentes, associada à possibilidade de financiamento com taxas de juro

¹ Bertil Gotthard Ohlin (1899 - 1979) foi um economista e político sueco que desenvolveu conjuntamente com Eli Heckscher um dos modelos matemáticos do livre comércio internacional, o modelo Heckscher-Ohlin. Em 1977 Ohlin foi galardoado com o prémio Nobel de Ciências Económicas, juntamente com o economista britânico James Meade pela sua contribuição pioneira à teoria do comércio internacional. O modelo de Heckscher-Ohlin apresenta uma alternativa ao modelo clássico, ou teoria Ricardiana e propõe a eliminação da teoria do valor do trabalho e a incorporação do mecanismo neoclássico do preço na teoria do comércio internacional, defendendo que comércio entre as nações é impulsionado pelas diferenças entre os recursos que cada país possui (Wood, 1995).

mais reduzidas no país de acolhimento. Contudo, este autor não distingue entre IDE e investimento de carteira. Hymer (1960)² é o primeiro a fazer essa distinção.

Na verdade, a tese de Hymer, publicada em 1976, constitui a primeira grande contribuição para o estudo das empresas multinacionais. Segundo a perspetiva do autor, para que as empresas possam concorrer e atuar eficazmente no estrangeiro devem ter algum tipo de vantagem, quer seja em termos da produção, tecnologia, financiamento ou outras, que lhes permita competir com sucesso face às empresas locais, apesar destas últimas deterem uma maior vantagem por se encontrarem inseridas no país de acolhimento, dominando a cultura, as preferências dos consumidores, o enquadramento legal e havendo uma maior proximidade aos meios de tomada de decisão.

Dando continuidade à visão pioneira de Hymer, Kindleberger (1969), sustentou a necessidade de existirem mercados imperfeitos, que na sua perspetiva concedem às empresas estrangeiras vantagem sobre as locais, fundamentando a existência do investimento direto estrangeiro.

A hipótese de mercados imperfeitos é explorada por Knickerbocker (1973) ao argumentar que a decisão de investir no estrangeiro desencadeia uma reação ou um comportamento oligopolístico, levando outras empresas a investir de igual forma. Para Ferreira e colaboradores (2011) este comportamento é motivado pela necessidade de domínio que as empresas oligopolistas têm, isto é, pela sua procura incessante de oportunidades para manterem e fortalecerem as suas posições de mercado tanto nos países de origem como nos mercados internacionais. Deste modo, um dos determinantes do IDE é a motivação que certas empresas sentem para seguirem o exemplo dos concorrentes. Nesta ótica, a estratégia de investimento no estrangeiro por parte de uma empresa gera uma reação em cadeia entre as empresas suas concorrentes, as quais procuram manter o equilíbrio e as mesmas condições entre todos os participantes do oligopólio sem distinção de localização de mercado.

Contudo, estas teorias demonstraram ser ineficazes para explicar a razão pela qual as empresas escolhem explorar as suas vantagens através do IDE. Cientes desta realidade,

² Stephen Herbert Hymer (1934 - 1974) foi um economista canadiano, cuja pesquisa se concentrou nas atividades de empresas multinacionais, tema da sua dissertação de doutoramento *The International Operations of National Firms: A Study of Direct Foreign Investment*, defendida em 1960, mas publicada postumamente em 1976, por iniciativa do seu orientador Charles P. Kindleberger (Cohen et al., 1979).

Buckley e Casson (1976) resolveram avançar para outra linha de estudos sobre o investimento direto externo e desenvolver a teoria da internalização, na sequência do trabalho pioneiro de Coase (1937), a qual se baseia na existência de falhas nos mercados de bens e fatores que permitem às empresas ter uma posição superior à da concorrência (Medina, 2005; Ramón, 2002; Rialp, 1999).

Buckley e Casson (1976) destacam, assim, a necessidade de existência de quatro conjuntos de fatores associados à internacionalização: (1) fatores específicos da indústria, associados à natureza do produto e relacionados com a estrutura do mercado externo; (2) fatores específicos da região, decorrentes das suas linhas sociais e geográficas; (3) fatores específicos dos países, relacionado com temas político-fiscais e; (4) fatores da empresa, que refletem a gestão das estruturas de organização no mercado interno.

Neste sentido, surgem como variáveis explicativas do IDE as vantagens de localização associadas ao país ou à região onde as EMN pretendem investir. Segundo Medina (2005), por fatores de localização entendem-se as características do país de acolhimento, nomeadamente o sistema económico, o seu ambiente cultural, sociopolítico e legal, assim como a disponibilidade dos recursos existente no país e as características exclusivas do seu mercado interno. A localização é um determinante forte para fundamentar a internacionalização das empresas (Durán, 2001; Sánchez & Camacho, 2007).

Ferreira e colaboradores (2011) dão como exemplo o caso das empresas petrolíferas que investem em países onde existem reservas de petróleo e, para a sua exploração, combinam o seu *know-how*, ou seja, as suas capacidades técnicas e de gestão, com os recursos locais disponíveis. No entanto, os autores acrescentam ainda que o fator localização pode ser insuficiente, existindo outros fatores que condicionam igualmente a escolha, como a criação de economias de escala, permitindo diminuir o custo pelo aumento de produção e as atividades de I&D, na medida em que há preferência por localizações com fácil acesso à informação/material ou com mão-de-obra qualificada para o efeito.

As vantagens de localização já estavam presentes na teoria do ciclo de vida do produto. Vernon (1966) baseia-se na premissa de que determinados tipos de produto passam por um ciclo que integra, essencialmente, quatro fases: introdução; crescimento;

maturidade e declínio. O IDE acontece nas fases mais tardias do ciclo, primeiro para os países desenvolvidos e depois para os países em desenvolvimento. A teoria do ciclo de vida do produto integra as vantagens de localização e as vantagens comparativas dinâmicas.

Em resumo, do lado da empresa, os custos de transação, as vantagens de propriedade de determinados ativos, as vantagens de localização, a estrutura de mercado e as economias de escala figuram entre os principais fatores que, a nível teórico, podem influenciar a decisão de internacionalizar. A maior parte destes fatores não são controláveis pelos países que pretendem atrair IDE. Contudo, as vantagens de localização podem ser melhoradas pelos potenciais países recetores, o que remete para o tema das políticas de incentivo ao IDE.

1.1.1 Condicionantes dos fluxos de IDE

Para Ferreira et al. (2010) a captação de IDE constitui uma das formas mais eficazes de um país a integração na economia global, uma vez que a entrada de empresas multinacionais possibilita também a aquisição de conhecimentos de gestão que contribui para a reorganização das atuais empresas existentes nos países de acolhimento. As EMN constituem uma energia capaz de impulsionar a globalização da economia de um país, pois proporcionam a criação de novas oportunidades negócio.

Existem, no entanto, diversos fatores que podem constituir condicionantes à entrada dos fluxos de IDE. Na literatura podemos encontrar diversos estudos que avaliam essas condicionantes, como é o caso dos estudos levados a cabo por Nigh (1986) e Nigh e Schollammer (1987) os quais analisaram relações de conflito e cooperação para avaliar a problemática do risco político como um dos fatores que condicionam os fluxos de capital estrangeiro, ou o estudo realizado mais tarde por Bevan e Estrin (2004), onde os autores concluíram que o risco do país de destino influencia fortemente o IDE nas economias em transição. Numa vertente diferente Campa (1993) estimou o efeito da taxa de câmbio e os custos de sacrifícios de entrada, tendo concluído que as taxas de câmbio têm um efeito negativo sobre as entradas do IDE.

No entanto, aquela que é, segundo vários autores (Lucas, 1993; Schneider e Frey, 1985; Stevens, 2000), a maior condicionante à entrada de fluxos de IDE, é a ausência de estabilidade económica, política e social no país de acolhimento. Botelho e colaboradores

(2014:4) referem um estudo efetuado pela UNCTAD (2005), cujas conclusões indicaram que “um mercado de grande dimensão não é condição suficiente para que os investidores estrangeiros o selecionem, sem levar em consideração, em conjunto, a estabilidade política, económica e social”.

1.1.2 Vantagens do IDE

Apesar da proliferação de literatura dedicada a fazer a apologia das vantagens que o IDE traz para os países de origem e de acolhimento, nem todos os autores partilham a mesma opinião, e o debate entre aqueles que defendem positiva e negativamente o investimento direto estrangeiro e o impulso que este pode proporcionar às respetivas economias promete manter a controvérsia acesa.

Baranson (1978), por exemplo, defende que o IDE afeta negativamente as economias do país de origem em termos económico, como de emprego e da liderança tecnológica, enquanto McCulloch e colaboradores (1982) rejeitam essa posição argumentando que o investimento das EMN transporta maiores benefícios para o país de origem, pois o alvo deste são países menos desenvolvidos, dando oportunidade ao país de origem ganhar vantagem competitiva ao nível das tecnologias e da mão-de-obra, cujo custo é inferior no país de acolhimento.

Blomstrom e colaboradores (1998) e Lim (2001) evidenciam a sua opinião referindo que não existem evidências comprovadas acerca dos efeitos que o IDE conduz para o país de acolhimento. A controvérsia gerada por este tema originou a duas correntes distintas de pensamento: uma que defende vantagens competitivas para o país de origem e outra que advoga que o IDE prejudica o desenvolvimento das economias dos países de acolhimento.

Em suma, Caves (1974) e Samli (1985) defendem que o IDE impulsiona significativamente a economia dos países de origem, dinamizando a produção e consequente criação de emprego; acesso à exportação e ao comércio internacional, contribuindo uma redução do défice comercial (nacional); maior acesso a tecnologias avançadas no país de acolhimento e resultante diminuição do desfasamento tecnológico presentes entre países mais e menos desenvolvidos.

1.1.3 Desvantagens e limitações do IDE

Por outro lado, a corrente que enfatiza as desvantagens do IDE para os países de acolhimento destacam-se como principais conclusões a manipulação dos lucros por via dos preços de transferência, o pagamento dos juros e custos altíssimos associados empréstimo para países não desenvolvidos e o acesso apresenta um pagamento elevado pela tecnologia transferida (Samli, 1985; Reddy *et al.*, 1990).

As EMN apresentam tendência para deter fortes influências junto dos centros de tomada de decisão, nomeadamente e países em desenvolvimento, apoiando o poder dos governantes que privilegiam a entrada destas empresas no país. Medina (2005) realça que a perda de identidade nacional justificada pela forte instabilidade política pode gerar mecanismos ineficientes de controlo fiscal, dando às multinacionais para aplicação de preços de transferência que afetam o país recetor.

Em suma, Ferreira e colaboradores (2011) também refere que há um tipo de custos associados ao IDE que têm de ser suportados pelo país recetor e relaciona-se com a falta de lealdade entre as empresas locais, do mesmo setor, enfrentam com a entrada das multinacionais no país. Resultante desta concorrência, muitas das empresas apresentam não ter capacidade ou recursos que permitam dar resposta, tendo maior probabilidade de correr o risco de falência, contribuindo para o aumento dos níveis de desemprego.

2. CAPÍTULO II - POLÍTICAS DE INCENTIVO AO IDE

2.1. DETERMINANTES DA ATRATIVIDADE DO IDE

A literatura existente acerca dos determinantes da atratividade do IDE é vasta e abrange diversas metodologias utilizadas para aferir o valor e a importância das variáveis que influenciam a decisão de investir no estrangeiro.

Entre os pioneiros destacam-se Basi (1963) e Aharoni (1966) os quais incluíram fatores relacionados com as instituições políticas nos seus estudos sobre o IDE. Segundo Rodrigues (2009), o principal objetivo dos seus estudos consistia na compreensão do papel das instituições políticas na decisão de investir no exterior, tendo concluído que a instabilidade política constituía o principal fator que influenciava a decisão final.

A literatura tem demonstrado a importância que o IDE pode ter na evolução económica de um país, especialmente naqueles que se encontram em desenvolvimento e sobretudo ao nível da sua produtividade global, se estes estiverem dotados de boas instituições e de estabilidade macroeconómica (Grossman & Helpman, 1991). O reconhecimento das vantagens do IDE tem incentivado governos a introduzir alterações nas políticas, de modo a facilitar o desenvolvimento dos negócios, tornando os países mais atrativos para o investimento estrangeiro. Assim, ao longo desta seção procuraremos apresentar alguns dos fatores que podem ser decisivos para atrair o IDE.

2.1.1. Estabilidade política, económica e social

Como foi concluído nos estudos pioneiros de Basi (1963) e Aharoni (1966), o ambiente político, social e a estabilidade resultante, continuam a ser um dos fatores essenciais e com relevância na decisão dos investidores.

Um estudo levado a cabo pela UNCTAD (2005) concluiu que mesmo tratando-se de um mercado de grande dimensão, qualquer investidor terá em consideração a estabilidade política, económica e social do país, antes de decidir optar por esse país, enquanto que Kaufmann e Kraay (2002) sustentam que o rendimento *per capita* e a qualidade de governação são igualmente determinantes importantes que pesam na decisão de investimento.

Michalet (1999) acrescenta que a situação instável não é fator impeditivo para uma evolução de crescimento futura, se as expectativas no longo prazo forem atrativas para os investidores, reduzindo a sua presença no mercado e observam os seus competidores.

A estabilidade de preços é outro determinante importante na persuasão aos investidores estrangeiros, já que a inflação é uma das principais variáveis que as empresas analisam quando estudam a entrada em novos mercados. Assim, segundo Schneider e Frey (1985), um nível de inflação baixo é um indicador de estabilidade interna no país de acolhimento, enquanto que uma inflação alta é um claro indicador de falta de controlo ou gestão ineficiente do orçamento, assim como pouca eficiência por parte do Banco Central na implementação de políticas monetárias.

Em suma, para além dos fatores existem m conjunto de indicadores que, segundo Botelho e colaboradores (2014:4) permitem aferir, a nível mundial, “a capacidade de um governo para formular e implementar políticas com eficácia, o respeito dos cidadãos e do estado, as instituições que regem as interações socioeconómicas entre elas, o processo pelo qual os governos são selecionados, monitorados e substituídos”. Os indicadores anteriormente mencionados, também conhecidos por *WGI – World Governance Indicators*, constituem uma importante ferramenta para os analistas políticos e permitem a avaliação de seis domínios de governação. (Botelho et al., 2014:4).

2.1.2. Grau de abertura comercial

Outro importante fator que permite atrair o IDE é o grau de abertura comercial. Sobre este determinante Botelho e colaboradores explicam que:

A política comercial relativamente ao IDE consiste num conjunto de regras e regulamentos que se traduzem numa maior ou menor abertura da economia do país hospedeiro aos investidores internacionais (UNCTAD, 1996 e 1997). Estas políticas podem ir desde a proibição à entrada de IDE, até à não discriminação no tratamento entre empresas domésticas e empresas estrangeiras e até, eventualmente, no tratamento mais favorável para as empresas estrangeiras. Para se examinar o impacto do grau de abertura do país ao IDE, é utilizada a razão do comércio (*Trade*) pelo PIB (*Trade - % of GDP*), sendo que por comércio se entende a soma das exportações e importações de bens e serviços (Botelho et al., 2014:5).

Este fator é medido através do nível de desenvolvimento do comércio externo, ou seja, através do valor das importações e das exportações face ao PIB. Logo, a ausência

ou não de barreiras tarifárias na entrada de bens e serviços, impulsiona as importações, pelo que o investidor estrangeiro poderá importar sem preocupação com limites impostos por questões aduaneiras. Com efeito as barreiras à entrada de produtos podem constituir fatores dissuasivos para os investimentos do tipo vertical, pois os elevados custos dos produtos importados irão incrementar os custos de produção e, consequentemente, diminuir a rentabilidade de investimento, pelo que a sua ausência constitui um importante fator para atrair os fluxos de IDE (Michalet, 1999).

Por outro lado, dependendo do tipo de investimento, o grau de abertura do mercado pode constituir um determinante de atratividade, sobretudo se o IDE for horizontal, isto é, direcionado para o mercado doméstico. Neste caso, as barreiras à entrada poderão constituir uma vantagem pois protegerão a produção da concorrência dos produtos importados.

2.1.3. Incentivos fiscais

A política relativa a impostos e taxas integra outro dos determinantes que pode influenciar a decisão de investir e diversos estudos têm demonstrado a importância que o ambiente fiscal assume.

A literatura não é consensual nesta área, com autores a defender que a questão da tributação tem pouca influência sobre o IDE. Hartman (1984, 1985) foi um dos pioneiros a explicar o motivo para tal, o qual se deve, segundo o autor à existência de dupla tributação. Assim, os lucros da filial estrangeira de uma empresa estão sujeitos a dupla tributação, quer no país de origem quer no país de acolhimento e isso acontece caso o capital seja repartido o investido.

Para Michalet (1999) o impacto do ambiente fiscal no IDE está estreitamente relacionado com as características específicas das empresas e o modo como operam. As empresas direcionadas para o mercado local, por exemplo, não se preocupam tanto com os incentivos fiscais, como aquelas cuja produção se destina à exportação, as quais têm de se manter competitivas num mercado onde a concorrência é feroz, pelo que enfrentam uma grande pressão a nível de custos e de preços.

Certos países optam por adotar uma política de incentivos fiscais de forma a reduzirem a pressão fiscal sobre o investidor estrangeiro e, subseqüentemente alcançam

maior atração de fluxos de IDE. Esses incentivos podem ter vários formatos, onde se incluem e tome-se a título de exemplo a redução ou isenção de impostos sobre os lucros e das taxas à importação e exportação, o valor acrescentado, o volume de negócios, uma aceleração da amortização do capital, ou até mesmo a redução de contribuições sociais sobre o trabalho (Michalet, 1999).

Froot e Stein (1998), por outro lado, recordam que os incentivos fiscais, por si só, têm uma influência limitada sobre a decisão do IDE. Sobre ela pesam fatores políticos e a estabilidade política, liberalização financeira ou a eliminação de políticas económicas e sociais, o nível salarial, a qualificação da mão-de-obra e a dimensão do mercado.

2.1.4. Taxa de câmbio

Segundo Michalet (1999) existem dois parâmetros que são levados em consideração nas análises sobre o impacto da taxa de câmbio nas decisões de IDE: o nível e a variabilidade da taxa de câmbio.

A título de ilustrativo, tome-se como exemplo o estudo realizado por Froot e Stein (1998) que tinha por objetivo investigar o aumento do IDE em empresas americanas durante a depreciação do dólar em 1985, os autores concluíram que foi esse fator - a depreciação da moeda americana - que levou a que investidores estrangeiros decidissem aumentar a sua participação no capital dessas companhias, pois num contexto de mercado financeiro imperfeito, esse fator permitiu incrementar a riqueza das empresas estrangeiras e a sua capacidade de investir nos EUA. Para Froot e Stein (1998) o facto de o dólar ser uma moeda forte tinha sido até então um dos condicionantes que impediam a entrada dos fluxos de IDE nesse país.

2.1.5. Ambiente jurídico

A constante estabilidade do ambiente jurídico do país de acolhimento constitui também um fator relevante que pesa na decisão do IDE. Michalet (1999) refere ser essencial a confiança que o investidor estrangeiro tem no sistema jurídico do país futuro de acolhimento, sendo crucial a existência de instituições que apresentem capacidade de resolução de conflitos provenientes da atividade praticada (internacional ou nacional), com imparcialidade e integridade.

Neste sentido, certos países criam quadros institucionais mais regulamentado face a outros e adotam medidas que visam melhorar a transparência potenciando a captação de IDE de alta qualidade. É importante frisar a concepção de adaptação internacional, que de acordo com Wilhelms e Witter (1998) é fortemente visível em países com políticas coerentes e não discriminatórias, e, por último a transparência na captação, transmitindo confiança aos investidores. A competição entre os países é cada vez maior e a distribuição mundial é desigual, sendo necessário uma adaptação estruturada na fase de integração para maiores ganhos de vantagem. Assim, as políticas que pretendem aumentar fluxos de investimento são eficazes quando inseridas num ambiente institucional especificamente direcionado para a atração de IDE (Wilhelms & Witter, 1998).

2.1.6. Recursos humanos

Para Baimbridge e Whyman (2005), a flexibilidade do mercado de trabalho compõe também um fator determinante para que o país de acolhimento seja atrativo para o IDE, pois, todo um processo de produção (no caso de IDE horizontal) ou parte dele (no caso de IDE vertical) depende da força de trabalho e da inexistência de obstáculos para um livre funcionamento do mercado.

Para o teórico Parcon (2008) a importância do índice de rigidez do mercado de trabalho, o qual constitui uma das ferramentas mais utilizadas nos estudos empíricos sobre o IDE. Este índice mede a regulamentação laboral, nomeadamente no que respeita à contratação e demissão dos trabalhadores, assim como a rigidez do horário laboral. Encontra-se dividido em três sub-índices: dificuldade de contratação, rigidez de horários e dificuldade de despedimento, com pontuação a variar de 0 a 100, sendo que valores mais altos indicam regulamentações mais inflexíveis.

Pese embora a importância que é dada à flexibilidade do mercado de trabalho no que respeita a capital humano, um dos fatores que os investidores têm em consideração no país de acolhimento que é fortemente valorizado é a mão-de-obra qualificada. Um dos elementos mais importantes é o desenvolvimento e a qualidade do capital humano que contribui para a atração dos fluxos de IDE, (UNCTAD, 1994; World Bank, 1999).

Assim, uma formação adequada gera trabalhadores qualificados e com competências para utilizar as mais modernas técnicas de produção (Zhang & Markusen,

1999), pelo que o trabalho especializado constitui um fator de atratividade para as MNE e afeta o volume do fluxo de IDE.

2.2. MOTIVAÇÃO PARA O IDE

Segundo Dunning (1998), os fatores que motivam as empresas multinacionais a investir no mercado estrangeiro podem ser agrupados em quatro grupos (*resource-seeking*, *market-seeking*, *efficiency-seeking* e *strategic asset-seeking*) e os mesmos variam conforme as fases em que a empresa se encontra e sua atividade.

O investimento num mercado estrangeiro permite ter acesso aos seus recursos e ao do seu mercado, sendo que decorrente do IDE há uma possibilidade para consolidar a posição no mercado global, aumentando a sua eficiência económica ou a sua vantagem competitiva (Silva, 2010).

2.2.1. Procura de recursos (*resource-seeking*)

Esta forma de investimento é facilmente observada em regiões onde os recursos naturais são abundantes, permitindo às empresas pioneiras obter vantagem na aquisição de matérias primas com um custo inferior. Os interessados por esta forma de investimento apresentam perfis semelhantes entre si, destacando a dimensão da atividade e o interesse pela diminuição dos custos de mão-de-obra pouco ou sem qualificação. De acordo com Pedroso (2015), este determinante apresenta uma maior importância do IDE, uma vez que é possível ter acesso a recursos específicos disponíveis ou tê-los a custo mais baixo.

Dunning (1988a, 1988b) na sua teoria defende que os países que possuem mais recursos naturais tendem a atrair mais e maiores fluxos de IDE. As empresas conseguem diversificar a sua competitividade investindo em mercados onde os recursos naturais apresentem uma maior qualidade a um custo inferior, quando comparado com o país de origem. Esta motivação é mais relevante em situações cujas empresas necessitam de assegurar custos de produção baixos e fontes contínuas de abastecimento (Dunning e Lundan, 2008).

2.2.2. *Procura de mercados (market-seeking)*

A procura de mercados, designado por IDE horizontal, é caracterizado pelo elevado rendimento *per capita* e pelo tamanho do país alvo, com alto potencial de consumo presente e futuro (Dunning, 1998).

Assim a entrada em novos mercados e/ou novos espaços económicos permitem consolidar as quotas das empresas existentes e manter-se competitiva. As empresas que demonstram maior interesse por este tipo de investimento, são aquelas com maiores custos de transporte à sua atividade. (Pedroso, 2015).

2.2.3. *Procura da otimização de material de produção (efficiency-seeking)*

Esta tipologia de investimento, conhecido de IDE vertical, desperta o interesse dos investidores que são atraídos por zonas de comércio livre, cuja localização é reconhecida pelos baixos custos suportados pela entidade. Trata-se não só de criar unidades de produção, como tirar vantagem da diferença de custos dos fatores de produção, fornecedores, entre outros. Neste sentido, as empresas usufruem da procura específica de cada mercado, em locais característicos, o que permite beneficiar de economias de escala, reduzindo os seus custos nas comunicações e no custo de transportes.

2.2.4. *Procura de ativos estratégicos (strategic asset-seeking)*

Neste caso, o investimento é feito por empresas que pretendem chegar a fins estratégicos muito particulares e transitar para uma esfera de competitividade internacional, seja pela aquisição ou fusões de empresas. Para Pedroso (2015) este investimento é indicado para diversificar ou aumentar os recursos com ativos estratégicos.

Em suma, contrariamente ao objetivo de investimento anterior, esta forma de investimento direciona os investidores a criar formas de captação de novos recursos estratégicos, sendo possível classificar os novos recursos. o primeiro está relacionado com infraestruturas e o segundo competências particulares como o conhecimento tecnológico ou técnicas de inovação na gestão, respetivamente denominados de ativos tangíveis e intangíveis.

3. CAPÍTULO III - IDE EM PORTUGAL: O CASO DA CHINA

3.1. OS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DA CHINA EM PORTUGAL

Portugal ocupa a 10^a posição entre os países onde a China mais investiu nos últimos 17 anos e está em 2º lugar no que respeita aos países europeus onde o investimento chinês tem maior peso relativo na economia, com um valor que atinge quase 5% do PIB, e que corresponde, segundo vários analistas financeiros a um investimento de cerca de 12 mil milhões de euros (Port.Com, 2018).

A China tem direcionado os seus investimentos para a Europa e em Portugal tem sido notório a sua presença em diversos setores estratégicos da economia nacional, constituindo-se como uma das principais fontes de investimento direto estrangeiro. O setor da energia, como a EDP e a REN, os seguros como a Fidelidade, o setor da saúde como a Luz Saúde, para além do setor bancário e financeiro, com a participação de capitais chineses no Millennium BCP, BANIF e Haitong Bank. Entre outros, a Fosun, China Three Gorges, HNA e State Grid são alguns dos principais investidores com presença sólida no território português (Port.Com, 2018).

O novo fenómeno do IDE proveniente da China tem tido um impacto crescente na economia global, quer pela via do aumento da concorrência quer pelo impacto do incremento da procura de matérias primas e de energia, impacto esse que gerou uma subida dos preços internacionais de vários produtos como o petróleo ou o ferro.

De acordo com os últimos dados do Banco de Portugal, no final de 2017, o investimento direto chinês (stock de investimento) ultrapassou os 2.100 milhões de euros, um valor muito significativo se comparado com os 3,8 milhões de euros registados em 2011. Se observado o valor acumulado no período que abrange os últimos 5 a 6 anos, verifica-se que os investimentos diretos chineses em Portugal, incluindo os cerca de 2.2 mil milhões de euros investidos ao abrigo do programa Vistos Gold (até à data de março de 2018), ultrapassam os 9 mil milhões de euros (ou 12 mil milhões, como alguns analistas apontam) não contabilizando os investimentos em pequenas e médias empresas, segundo os dados fornecidos pela consultora financeira Baker & Mackenzi (Port.Com, 2018).

Assim, apesar da crise económica que se viveu nos últimos anos, Portugal está no radar dos investidores chineses (e não só), motivo pelo qual um estudo levado a cabo pela Ernest & Young, relativo à atratividade de Portugal, com base nos dados do European Investment Monitor, apontou 2017 como o ano de melhor captação de investimento direto estrangeiro dos últimos 20 anos (Port.Com, 2018).

No gráfico 1, abaixo, é possível confirmar que o sector da energia é aquele em que o investimento chinês em Portugal é mais visível, tendência que aliás se verifica também a nível mundial, como se pode verificar no gráfico 2. No âmbito do memorando de entendimento com a *Troika*, caso português foram os chineses quem ofereceu as melhores condições, superando as ofertas realizadas por alemães e brasileiros (Gaspar, 2018).



Gráfico 1 - Investimento chinês, por setores, em Portugal (2008-2017)
Fonte: Gaspar (2018), com dados de AEI (2018)

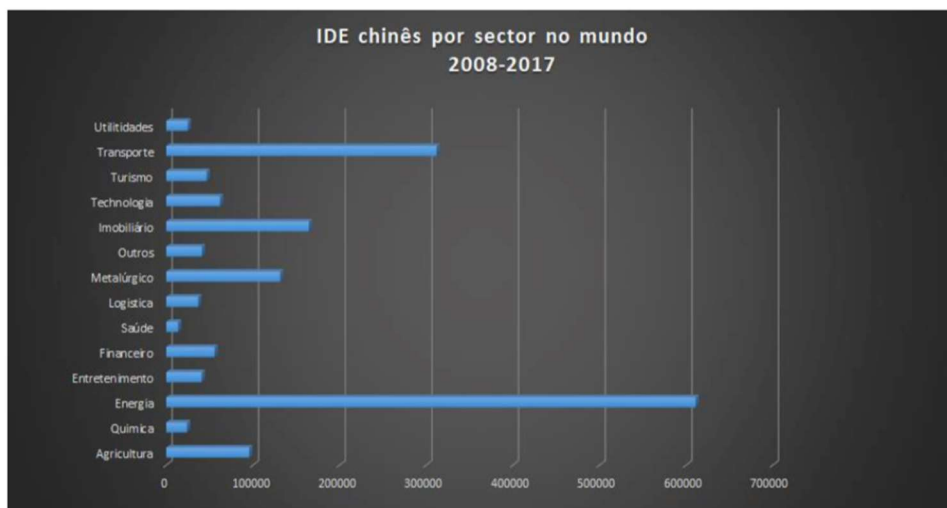


Gráfico 2 - IDE chinês, por setor, a nível mundial
Fonte: Gaspar (2018) com dados de AEI (2018)

Da leitura destes dois gráficos pode-se extrair a importância que o setor energético tem para a China, país cujo consumo de energia depende essencialmente do exterior. Com efeito, a República Popular da China (RPC) é responsável por 50,7% do consumo mundial de carvão, porém dispõe apenas de 13,4 % das reservas mundiais. Neste sentido, para assegurar a sustentabilidade de uma economia suportada por um contínuo consumo energético, a RPC tem apostado na autossuficiência energética, pelo que na última década quase triplicou a produção de eletricidade através de recursos hídricos. Deste modo, a China detém atualmente 28,5% da quota de produção hidroelétrica mundial, valor que ultrapassa o conjunto dos países da União Europeia (7,4%) e dos EUA (7,3%) (Gaspar, 2018).

Segundo Valente (2018) as disputas territoriais no mar do Sul da China, relacionadas com a extensão das plataformas continentais, aliadas à escassez de recursos na região para satisfazer as necessidades energéticas de uma economia como a chinesa, têm sido responsáveis, entre outros motivos, pela limitação na cooperação energética. Não admira, pois, que esse país se veja forçado a adotar uma estratégia focada na procura pelos recursos e pela cooperação que necessita para manter a sua economia a funcionar, um pouco por todo o mundo, e onde se incluiu, naturalmente, Portugal.

Face a esta realidade, a China tem procurado formas de aumentar a sua segurança energética, motivo pelo qual se tornou, em pouco tempo, no maior investidor na pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis a nível mundial (IEA, 2017).

Segundo Fernanda Ilhéu, docente no ISEG e Diretora da Associação Amigos da Nova Rota da Seda (ANRS), o investimento estatal chinês na EDP teve como objetivo obter o *know-how* que esta empresa portuguesa detém no campo das energias renováveis. No decurso de uma entrevista concedida a Gaspar (2018) no âmbito de uma investigação que o autor levou a cabo para a sua dissertação de mestrado, Ilhéu afirmou que os investimentos chineses em Portugal constituíram uma oportunidade de negócio surgida na esteira da crise das dívidas soberanas, e que os investidores chineses tinham recebido instruções do Partido Comunista Chinês (PCC) para começarem “a ver em vários países que estavam com crises económicas o que é que estava a ser vendido (...) porque os preços estavam bons” (Gaspar, 2018: 42). Por outro lado, Pareja-Alcaraz (2017) considera que o investimento chinês no sector energético dos países do Sul da Europa foi “altamente oportunista”.

Na Tabela 1, abaixo, é possível verificar que os principais investimentos chineses foram aquisições de participações do Estado Português, decorrentes da política de privatizações forçadas pela *Troika* a Portugal. Estas aquisições tiveram início com a compra de 21% da EDP, em dezembro de 2011 pela *China Three Gorges*, a que se seguiu, três meses depois, em fevereiro de 2012, a aquisição de 25% da REN por outra empresa estatal a *State Grid of China*. Ainda nesse ano de 2012, foi a vez da aquisição de 49% da EDP Renováveis pela CTG. Só mais tarde é que as empresas privadas, à semelhança do que se verificou um pouco por toda a Europa, deram início aos seus investimentos em Portugal com o destaque para a aquisição de 80% da seguradora Fidelidade pela *Fosun* e da totalidade da *Iberwind* pelo Grupo *Cheung Kong* (Gaspar, 2018)

Tabela 1- Maiores investimentos chineses em Portugal
Fonte: Gaspar (2018) com dados de AEI (2018)

Maiores investimentos chineses em Portugal						
Ano	Mês	Investidor	Valor compra (milhões euros)	Participação	Investimento	Sector
2011	Dezembro	China Three Gorges	2690	21%	EDP	Energia
2012	Fevereiro	State Grid of China	387	25%	REN	Energia
2012	Dezembro	China Three Gorges	359	49%	EDP Renováveis	Energia
2013	Março	Beijing Enterprises Water Group	95	100%	Be Water	Utilidades
2014	Janeiro	Fosun	1100	80%	Fidelidade	Financeiro
2014	Junho	Fosun	56	4%	REN	Energia
2014	Outubro	Fosun	460	96%	Espírito Santo Saúde	Saúde
2014	Dezembro	Haitong Securities	379	100%	BESI	Financeiro
2015	Outubro	Grupo Cheung Kong	1000	100%	Iberwind	Energia
2015	Dezembro	CNIC Corporation	590	3%	EDP	Energia
2016	Novembro	Fosun	175	17%	Banco Comercial Portugues	Financeiro
2017	Fevereiro	Fosun	374	7%	Banco Comercial Portugues	Financeiro
2017	Fevereiro	China Three Gorges	208	2%	EDP	Energia
2017	Dezembro	CNIC Corporation	200	2%	EDP	Energia

3.2. IDE CHINÊS EM PORTUGAL: UMA PORTA DE ENTRADA PARA CONTROLAR O SUL DA EUROPA?

3.2.1. BRI - Belt & Road Initiative

A *Belt & Road Initiative* (BRI) consiste numa estratégia de desenvolvimento global adotada pelo governo chinês que envolve o desenvolvimento de infraestruturas e investimentos em 152 países e organizações internacionais na Ásia, Europa, África, Oriente Médio e Américas (World Bank, 2018).

Esta iniciativa foi anunciada pelo líder da República Popular da China, Xi Jinping, a 7 de setembro de 2013, seis meses após ter sido eleito presidente, durante visitas oficiais à Indonésia e ao Cazaquistão. Com o lançamento deste projeto, Xi Jinping dava a conhecer ao mundo uma nova etapa da Grande Estratégia Geoeconómica Chinesa destinada a tentar “melhorar a conectividade regional e abraçar um futuro melhor” (CCTV, 2013).

Segundo Huang (2016) a *Belt & Road Initiative* é o plano económico internacional da China mais ambicioso de sempre, com o objetivo de estimular o desenvolvimento económico numa vasta região que abrange sub-regiões da Ásia, Europa e África, responsável por 64% da população mundial e 30% do PIB mundial. A BRI foi criada para reconfigurar o setor externo da China, a fim de dar continuidade ao forte

crescimento e embora o desenvolvimento das infraestruturas tenha um papel central, a BRI é abrangente, incluindo também o diálogo sobre políticas, abertura ao comércio e apoio financeiro. Não obstante ser relativamente cedo para avaliar o impacto desta ambiciosa iniciativa, o autor considera que a mesma tem o potencial de transformar a região subdesenvolvida de “*Belt & Road*” num novo pilar económico vibrante e contribuir para a reflexão sobre políticas económicas, incorporando experiências bem-sucedidas de economias de mercado emergentes. No entanto, reconhece que este projeto também enfrenta barreiras muito altas, incluindo a falta de mecanismos de coordenação central, o choque potencial de diferentes regimes e crenças políticas, e a viabilidade financeira de projetos transfronteiriços (Huang, 2016).

O nome eleito para a designação desta estratégia - *Belt* (faixa) e *Road* (estrada) relembra a importância que a antiga Rota da Seda teve no passado, como via de ligação entre o Oriente e o Ocidente, “unindo a Ásia à Europa” (CCTV, 2013; Xi Jinping, 2013). O termo “faixa” refere-se à “Faixa Económica da Rota da Seda”, que integra as rotas terrestres para transporte rodoviário e ferroviário, enquanto que “estrada” se refere às rotas marítimas, ou seja, à Rota Marítima da Seda do século XXI. A data prevista de término do projeto é para 2049, que coincide com o 100º aniversário da República Popular da China (Jinping, 2017).



Figura 1 - As Rotas da BRI
Fonte: Sit et al., 2017

Esta estratégia teve inicialmente a designação de *One Belt, One Road* (OBOR), porém o governo chinês decidiu mudar o nome, dado que o termo “*One*” era propenso a más interpretações. As políticas do OBOR ou BRI, como se designam atualmente, representam um ambicioso plano de expansão do capitalismo de estado chinês, impulsionado por um excesso de capacidade de produção industrial, bem como por interesses emergentes de capital financeiro. Segundo Sit e colaboradores (2017) o governo chinês enfatizou publicamente as lições da crise de excesso de capacidade da década de 1930 no Ocidente que precipitou a Segunda Guerra Mundial e promoveu essas novas iniciativas em nome do “desenvolvimento pacífico”. No entanto, a mudança para o BRI sugere um cenário regional amplamente semelhante ao que aconteceu na Europa entre o final do século XIX e os anos antes da Primeira Guerra Mundial, quando as nações mais fortes disputavam entre si pelo domínio industrial e militar, motivo pelo qual alguns observadores não encaram esta estratégia com simplicidade, vendo-a, em vez disso, como um impulso para uma tentativa de domínio chinês a nível global, baseado numa rede comercial centrada na China (Romana, 2018; Pop, 2016).

Com efeito, a estratégia do BRI combina poder terrestre e marítimo, reforçando a hegemonia oceânica da China no leste da Ásia. Se este projeto fosse apenas “uma via”, seria pouco mais que uma estratégia tradicional de poder territorial, mas o BRI abre a caminho à emergência de uma nova potência marítima secundária ao longo da costa da China, apoiada pela vasta extensão da massa de terra do país (Sit et al, 2017).

Ao virar do século XX, o geógrafo inglês Halford John Mackinder propôs que uma forte potência que integrasse os canais de transporte e comércio da Europa, Ásia e África numa única “Ilha do Mundo” estivesse apta para dominar o mundo (Mackinder, 1904). E em 1919, ele escreveu que “quem governa a Europa Oriental comanda o coração; quem governa o coração comanda a Ilha do Mundo; quem governa a Ilha do Mundo comanda o mundo” (Mackinder, 1996:150). Na prática, no entanto, ainda é necessário coordenar o controlo das rotas terrestres com o transporte marítimo ao longo da costa desta Ilha do Mundo.



Figura 2 - Ilha do Mundo de Mackinder
Fonte: Mackinder, 1904

A aposta da China na BRI é um reflexo da estratégia proposta por Mackinder, a qual se, por um lado, tem como objetivo ligar a Ásia e a Europa, de forma a aumentar o comércio e consequentemente a interdependência entre os países, por outro pretende enfraquecer o poder económico norte-americano e a sua dependência comercial a este. Segundo Gaspar (2018: 28) o crescente investimento chinês em África tem incentivado a inclusão deste continente na BRI, “o que resulta numa estratégia de cooperação tricontinental, a fazer recordar a Ilha Mundial de *Mackinder*, cuja sinergia resultará do poder do continente americano, mais concretamente, dos EUA”.

Para Gaspar (2018:24):

[...] a *BRI* assemelha-se a uma fusão entre a visão do poder terrestre de *Mackinder* e o modelo marítimo do Contra-almirante *Alfred Mahan*, cuja obra tem influenciado várias nações. Este na sua obra *A influência do poder marítimo sobre a história* defende que “o poder marítimo era decisivo na centralidade e grandeza dos países; o poder marítimo implicava possuir uma grande força naval, destinada a alcançar o comando do mar, que impedia outros países de interferir ou ameaçar o seu comércio; o comando do mar era alcançado pela concentração e emprego da esquadra de combate na batalha decisiva; a operação da esquadra de combate durante longos períodos requeria a posse de bases navais em regiões estrategicamente relevantes” (Mahan, 1890).

Para Sit e al. (2017) o sucesso da BRI depende de uma série de geopolíticos. Atualmente, apenas três nações podem ser consideradas potências continentais: China, Rússia e Estados Unidos. A China não pode naturalmente abrir uma nova Rota da Seda interior, porque inevitavelmente teria de passar pela Rússia. Desde o seu surgimento como potência imperial no final do século XVIII, a estratégia geopolítica russa tem sido

orientada para a Europa, com apenas uma atenção secundária dada ao leste da Ásia. Isso explica em parte porque, como sua economia beneficiou com o aumento dos preços do petróleo há vários anos, a proposta da Rota da Seda da China passou despercebida à Rússia. Da mesma forma, a Rússia assumiu a liderança na negociação da nova União Económica da Eurásia, destinada a integrar e vincular a Europa aos antigos países soviéticos da Ásia Central. No entanto, após a crise na Ucrânia, a Rússia enfrenta a hostilidade da Europa e dos Estados Unidos e, com a queda global dos preços do petróleo, o país não tem escolha a não ser direcionar-se para o leste e considerar a proposta da China de uma parceria estratégica transcontinental. No entanto, se as relações com a Europa melhorassem, a Rússia possivelmente voltaria para a Europa. É por isso que a estratégia de poder territorial da China é apresentada como a BRI, um projeto unicamente chinês (Sit et al., 2017).

A ideologia oficial por trás da BRI é o desenvolvimento pacífico – para promoção dos investimentos em infraestrutura e simplificar o desenvolvimento económico, promovendo a cooperação e minimizando o conflito. No entanto, o discurso do "desenvolvimento pacífico" tem seus próprios pontos cegos, que refletem as contradições domésticas da China (Sit et al., 2017). O desafio é garantir que o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) e o *Silk Road Fund* não se tornem homólogos do Leste Asiático do FMI e do Banco Mundial. Dado que a BRI é uma estratégia de influência institucional no Leste Asiático, o fator decisivo para o sucesso ou o fracasso pode ser a competitividade de seus discursos. Segundo Sit e colaboradores (2017), a China deve promover uma mensagem de justiça social e desenvolvimento equitativo para combater o poder brando da transição institucional que os Estados Unidos pressionam desde os anos 80.

Para Cai (2017) a BRI é a iniciativa de política externa e económica mais ambiciosa de Xi Jinping e uma parte significativa da polémica que o projeto tem criado diz respeito aos aspetos geopolíticos do mesmo. O objetivo principal desta iniciativa é apoiar a China a alcançar objetivos geopolíticos, vinculando economicamente os países vizinhos a Pequim. Porém, existem muitos objetivos económicos e concretos por trás da BRI que não devem ser obscurecidos pelo foco na estratégia.

Não obstante, outra finalidade relevante da BRI será a sua contribuição para o desenvolvimento das capacidades de produção da China. Dada a capacidade de Pequim de financiar projetos e sua alavancagem sobre os beneficiários desses empréstimos, os

bens industriais de alta qualidade fabricados na China, como ferrovias de alta velocidade, equipamentos de criação de energia e equipamentos de comunicação provavelmente serão amplamente utilizados nos países abrangidos pela BRI. Mais questionável, no entanto, é se os vizinhos da China estarão dispostos a absorver o seu excesso de capacidade industrial. A falta de confiança política entre a China e alguns países abrangidos pela BRI, bem como a instabilidade e ameaças à segurança em outros, são obstáculos consideráveis. Os banqueiros chineses, possivelmente, desempenharão um papel fundamental na determinação do sucesso da BRI. Embora tenham expressado o seu apoio público à visão de Xi Jinping, alguns apelaram à cautela. O “apetite” por financiar projetos e a capacidade de lidar com o complexo ambiente de investimentos além da fronteira com a China moldarão a velocidade e a escala da BRI. Há um reconhecimento geral de que essa iniciativa será uma tarefa de uma década e muitos a seguem com cuidado (Cai, 2017).

De acordo com os governantes chineses, a Grande Estratégia para “Fazer a China Grande Outra Vez”, não seguirá o caminho da Alemanha nem o do Japão que levou à Segunda Guerra Mundial, tão pouco, o das grandes potências que competiram pelo domínio global durante a guerra fria (Bijian, 2005 cit. por Gaspar, 2018: 22).

Segundo Rongii (2001), a estratégia de IDE em que a BRI se baseou passa por incentivar as empresas com vantagens competitivas a fazer investimentos no exterior, estabelecer operações de processamento, explorar recursos estrangeiros com parceiros locais, contratar projetos internacionais de engenharia e aumentar a exportação de mão-de-obra. Neste sentido, o estado chinês fornece uma estrutura política de apoio para criar condições favoráveis para as empresas poderem estabelecer as suas operações no exterior, fortalecendo também a supervisão e evitar a perda de ativos do Estado. O *modus operandi* da China é um exemplo claro de como as EMN domésticas podem ser postas à disposição duma estratégia política de um Estado Nacional.

Segundo Gaspar (2018), na base desta estratégia encontram-se fatores complexos de origem doméstica e internacional, nomeadamente os grandes investimentos produzidos pela China em moeda e dívida estrangeira, os quais potenciavam o risco de contágio em caso de ocorrência de crises financeiras, como, por exemplo, a crise do *subprime* de 2008. Para prevenir foi incitada a transferência de investimento em capital e dívida estrangeira para IDE em empresas públicas e privadas.

Esta política de internacionalização das empresas chinesas contribuiu para o aumento exponencial do IDE chinês no estrangeiro, o qual passou de 50 000 milhões de dólares em 2000 para 250 000 milhões de dólares em 2016 (UNCTAD, 2018). No entanto, como salienta Gaspar (2018), o IDE chinês, apesar de mais mediático, apresentou sempre valores mais baixos do que o investimento direto estrangeiro dos EUA, mesmo durante os períodos conturbados que se seguiram à crise de 2008. Conforme se pode verificar no gráfico 3, abaixo, nesse período o investimento externo norte-americano era mais do dobro do chinês e só em 2016 é que os valores do IDE chinês estiveram perto de igualar o valor dos EUA.

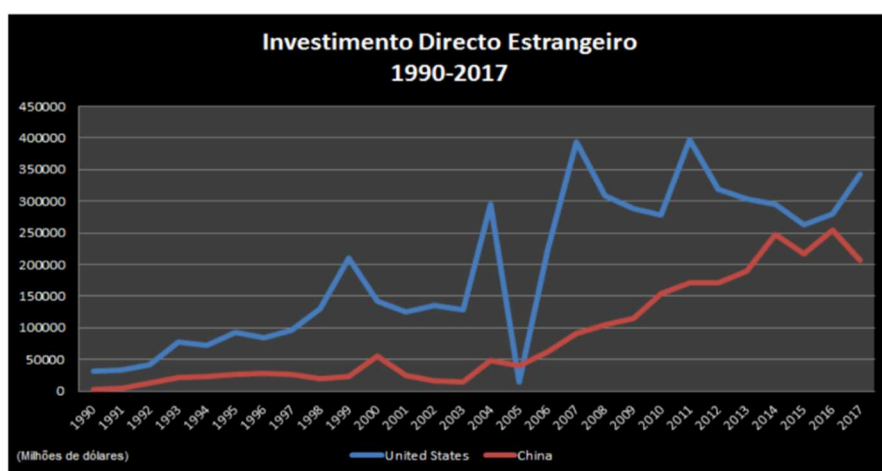


Gráfico 3 - IDE da China e dos EUA (1990-2017), segundo dados da UNCTAD, 2018

Fonte: Gaspar, 2018

Importa referir que para analisar o IDE chinês deve-se ter em consideração a complexidade dos negócios internacionais, uma vez que é difícil averiguar a origem do capital, devido à presença de sociedades anónimas, *holdings* e *joint-ventures*. Essa complexidade aumenta em função do número e da rede de participações, que protege o anonimato de quem não quer ser identificado. Analisar a origem do IDE só é possível através da análise a vários parâmetros. Gaspar (2018) analisou o IDE chinês a partir de outros países, tendo conseguido sintetizá-lo para os anos de 2008 a 2017.



Gráfico 4 - Distribuição geográfica do IDE chinês (2008-2017)

Fonte: Gaspar, 2018, com base em dados de AIE (2018)

Assim, conforme se pode verificar através do gráfico 4, acima, a partir de 2008, houve uma mudança no paradigma da distribuição do IDE chinês, o qual passou de uma presença quase inexistente na Europa em 2005-2006, como se pode ver do gráfico 5, de seguida, para uma quota de 20%, tendo, em contrapartida diminuído as participações na Ásia Ocidental e no Médio Oriente (Gaspar, 2018).

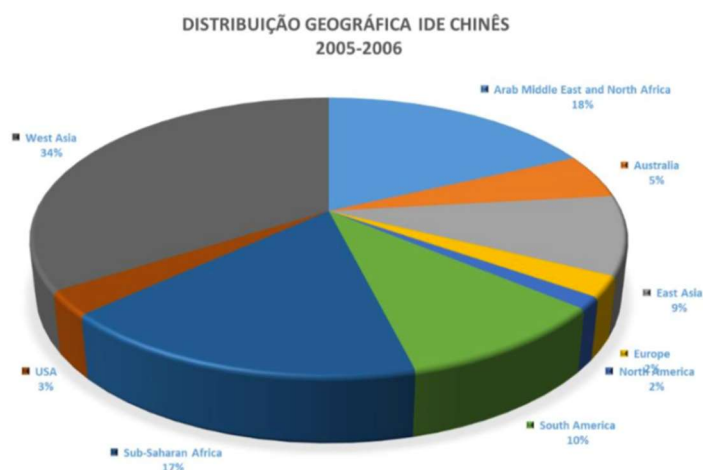


Gráfico 5 - Distribuição geográfica do IDE chinês (2005-2006)

Fonte: Gaspar, 2018, com base em dados de AIE (2018)

Para Gaspar (2018: 29):

Esta estratégia de diversificação de destinos do IDE chinês [...] possui efeitos não só na economia, mas também na política. Na economia, diminui a exposição chinesa ao risco de medidas protecionistas que podem bloquear as exportações chinesas e estagnar o seu contínuo crescimento económico. Na política, pelo peso que esta potência possui como entidade exportadora, quase exclusiva, de grande parte dos bens de consumo ocidental, bem como das matérias-primas para as suas indústrias, sem esquecer que estes países, sujeitam-se à entrada do IDE chinês, esperando que, reciprocamente, possam exportar para o maior e, cada vez, mais rico mercado de consumo mundial. Todavia, continua a ser evidente a assimetria na abertura económica entre a China e o resto do mundo ocidental.

Embora a China tente “vender” uma imagem que coloca a *Belt and Road Initiative* como uma estratégia benéfica para todos os intervenientes, afirmando que se trata de “uma ambiciosa visão económica de abertura e cooperação” para a “promoção do desenvolvimento comum e próspero e uma via para a paz e a amizade” (NRDC, 2015), são vários os analistas e investigadores estrangeiros que consideram esta iniciativa uma “estratégia abrangente” ou até mesmo “ofensiva diplomática e geopolítica” (Romana, 2018).

Para a especialista romena em geopolítica Pop (2016) trata-se sobretudo de uma estratégia consistente e ambiciosa de uma potência euroasiática emergente, cuja materialização tem contribuído a aquisição, nos últimos anos, de ativos estratégicos em vários países europeus e africanos.

Para Gaspar (2018: 32) a *BRI* “não é a Grande Estratégia Chinesa per si, mas sim uma das etapas de uma Grande Estratégia Geoeconómica Chinesa que começou em 1978 com *Deng Xiaoping*, com o objetivo principal de “Fazer a China Grande Outra Vez”.

3.2.2. O que dizem os analistas

Enquanto a Grande Estratégia Geoeconómica Chinesa, como lhe chama Gaspar (2018) ou a *BRI*, como é oficialmente designada, desenvolve-se e espalha os seus tentáculos, os analistas dão a conhecer ao mundo a sua opinião acerca desta iniciativa da China.

Num artigo intitulado precisamente “Portugal como porta de entrada chinesa na Europa”, publicado no semanário Sol, em dezembro de 2018, por altura da visita de Xi Jinping a Portugal, Rodrigues (2018) dá conta das preocupações veiculadas pelos analistas acerca dos verdadeiros objetivos da China, consubstanciados na sua estratégia de investimento externo e a sua particular incidência no nosso país. Segundo o jornalista, face às medidas de restrição de investimentos chineses no espaço da União Europeia, que os Estados-membros procuram implementar, os chineses procurariam através do IDE em Portugal e Espanha, obter “uma porta para a Europa” (Rodrigues, 2018).

“Países do sul da Europa, como Espanha e Portugal, têm um grande potencial no mercado chinês e deviam aproveitar a Iniciativa Cintura e Rota de forma mais inteligente e pró-ativa”, dizia Cui Hongjian, diretor de Estudos Europeus do Instituto Chinês de Estudos Internacionais, citado pelo South China Morning Post. “É uma manobra política para manter laços numa altura complicada para a China”, disse à AFP, por seu lado, Ángel Saz-Carranza, coordenador do Centro para Economia Global e Geopolítica da ESADE de Barcelona (Rodrigues, 2018).

Por outro lado, a diplomacia portuguesa desmente a existência de pressões por parte dos governos da Alemanha, França e EUA, para que Portugal não aprofunde as relações com a China, pelo que o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Augusto Santos Silva, afirmou nunca ter sentido essas pressões dizendo que “a política externa portuguesa explica sempre aos seus aliados o que está a fazer com os seus parceiros, mas isso não é pressão, isso é uma interação entre iguais” (Rodrigues, 2018).

No entanto, a discussão sobre a entrada de Portugal na BRI tem agitado os ânimos da classe política. O antigo secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Bruno Mações, que publicou em 2018 *O Despertar da Eurásia*. Em busca da Nova Ordem Mundial, um livro sobre a expansão chinesa e a nova ordem mundial que a China está a tentar construir, salienta que se Portugal aderir à nova Rota da Seda a situação muda de figura, porque esta é “uma iniciativa política muito ambiciosa, onde até agora participam alguns países da Europa de leste, mas nenhum país da Europa ocidental”. Mações, que se encontra atualmente a residir na China, disse numa entrevista ao semanário “i”, que “o Presidente Macron enviou uma mensagem ao Governo português dizendo que ficaria muito desiludido se Portugal entrasse na iniciativa chinesa” (Rodrigues, 2018).

Assim, enquanto Santos Silva afirma que “nós não aderimos a iniciativas chinesas, nós somos Portugal, país soberano. Podemos é cooperar com essa iniciativa chinesa, porque há um interesse evidente e facilmente perceptível”, Mações sublinha que a integração do porto de Sines na rota marítima da China para a Europa pode ser o fim e o princípio, a última escala da rota marítima e a primeira estação da rota ferroviária para o centro da Europa, acrescentando que não se trata de um projeto económico, mas, sim, de um projeto político e que aderir à nova Rota da Seda “vai alterar a nossa relação com a China e a Europa” (Rodrigues, 2018).

Para o investigador da Harvard Kennedy School of Government e especialista em estudos asiáticos, Philippe Le Corre “estão a transformar-se em apoiantes *soft* da China nos palcos internacionais”. De acordo com este académico, os países ibéricos são muito atrativos para a China em termos de estratégia e de presença a longo prazo (Rodrigues, 2018).

Por outro lado, a agência Lusa afirma que o “investimento chinês em Portugal é plano para controlar sul da Europa”, pois é esse precisamente o título do artigo de economia publicado a 1 de dezembro de 2018, onde cita Le Corre, afirmando que “a China está a construir uma "comunidade de amigos" no sul da Europa, através de grandes investimentos, que lhe conferem poder sobre estas economias e dissuadem posições contrárias aos seus interesses” (Lusa, 2018).

Segundo o investigador de Harvard, os investimentos que a China está a fazer no sul da Europa, nomeadamente em Itália, Grécia e Portugal “são bastante óbvios e dão à China um certo poder sobre as suas economias” (Lusa, 2018). Le Corre é responsável pelos programas de estudos Europeus e Asiáticos, e tem uma série de artigos publicados sobre a emergência da China e o seu plano para dominar o sul da Europa.

"Se a China continuar a comprar portos e aeroportos isso dar-lhe-á um certo poder sobre a economia destes países e, em consequência, será muito difícil para os governos, a longo prazo, dizer não à China", sustentou. Para Philippe Le Corre, a compra, por parte da China, de infraestruturas, nomeadamente portos, não é uma questão de investimento, mas de influência. "Se a China controlar todos os portos do Mediterrâneo, como no caso do porto de Sines, isso dará à China grande poder e influência na soberania desses países", sublinhou. Por outro lado, questionou o que considerou o súbito interesse chinês nos Açores. “Porque é que, de repente, a China está tão interessada no Atlântico? É um mistério para mim. Entendo a perspetiva do

Governo dos Açores, que precisa de dinheiro [...] mas este é o lugar onde foi organizada a cimeira da guerra do Iraque, é simbólico para a relação transatlântica", lembrou. O investigador assinalou que, em última análise, é o Estado chinês quem está a comprar as empresas portuguesas. "O problema é que é o Estado chinês que está a comprar, não é uma companhia privada, não é um negócio. São empresas estatais, entidades do Partido Comunista Chinês, cujos CEO são responsáveis do PCC", apontou (Lusa, 2018).

Segundo o investigador, manifestou-se surpreendido com algumas declarações entusiastas de responsáveis portugueses sobre a integração do porto de Sines na iniciativa chinesa, que prevê o controlo da China em infraestruturas portuárias em todos os continentes, outro dos sinais de alerta a que a Europa deveria estar atenta é a falta de reciprocidade nos investimentos no relacionamento da China com a Europa. Para tal Le Corre questiona o motivo por que não existem investimentos europeus na China. "Podem os europeus ou outros estrangeiros assumir o controlo de um porto, de um aeroporto ou de uma companhia de eletricidade na China? Podem investir numa companhia aérea, podemos ter um 'Alibaba' europeu na China? Claro que não", afirmou. Para Le Corre esta falta de reciprocidade não é "jogo limpo" (Lusa, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última década, a China tornou-se numa potência central na economia mundial e, com base nos seus sucessos económicos, está a tornar-se cada vez mais dominante na política mundial.

No 19º Congresso do Partido Comunista Chinês, realizado em outubro de 2017, o líder chinês, Xi Jinping, reafirmou o seu objetivo de tornar a China “num líder global em termos de força nacional composta e influência internacional”. E, apesar de existir um crescente debate interno sobre o facto de a China principiar um confronto com os Estados Unidos, Xi Jinping acredita que tem o poder de executar as ambições e de redefinir o conceito de comunidade global de destino comum (Jinping, 2017).

A ascensão da China foi impulsionada pelo desenvolvimento económico, que se iniciou há quase quatro décadas com o lançamento da política de “Portas Abertas” de Deng Xiaoping, que fez da China a potência económica que é hoje, uma potência global. Embora tenha criado iniciativas praticamente institucionais, como o Asian Infrastructure Investment Bank, o New Development Bank e o Silk Road Fund, a China pretende utilizar a ordem internacional existente para continuar assumindo um papel maior no cenário mundial (Le Corre, 2018).

Nos últimos anos, a China aumentou a sua presença no exterior, incrementando o seu investimento externo. Uma das principais políticas é solidificar e ampliar a sua presença em economias desenvolvidas, para aquisição de tecnologia, marcas e capacidades de gestão, bem como ter acesso aos principais mercados, sem exclusão da zona euro.

Portugal é um dos países que têm estado no foco do investimento chinês, o qual se tem direcionado, sobretudo, para os setores da energia, da banca e dos seguros, e onde tem adquirido fortes posições em empresas, maioritariamente, líderes de mercado e com ligações a vários países. É esse o caso de empresas estratégicas no setor da energia como a EDP - Energias de Portugal e a REN - Redes Energéticas Nacionais, as quais Portugal viu-se forçado a privatizar devido à pressão exercida pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional (conhecido como *Troika*), para vender ativos estatais.

Portugal tornou-se, assim, um destinatário importante do investimento chinês na Europa, sendo que, *per capita*, é um dos maiores. Entre 2010 e 2016, o nível de IDE direto chinês passou de zero a 5,7 mil milhões de euros com a China a investir numa ampla gama de setores: eletricidade, petróleo, transporte, serviços financeiros, seguros, saúde e imóveis, hotelaria e *media*, entre outros (Le Corre, 2018).

Resultante das aquisições realizadas pela China durante o período anteriormente mencionado, conclui-se que estas aquisições constituem ativos estratégicos com forte potencial para desempenhar um papel influente na sociedade portuguesa. Os investidores chineses adquiriram imóveis e terrenos comerciais significativos, e Portugal está a tornar-se um dos principais destinos dos turistas chineses (Le Corre, 2018).

Recentemente, o debate centrou-se no papel representado pelo Porto de Sines e o seu potencial geoestratégico como ponto de interconexão da *BRI*, o qual providenciará a intersecção entre as rotas terrestres e marítimas desta Iniciativa. Segundo o ministro das Relações Exteriores português, Augusto Santos Silva, o potencial caminho de ferro de Lisboa para a Espanha pode permitir uma conectividade intermodal com o resto da Europa.

Segundo Gaspar (2018:72):

[...] Portugal, e o Porto de Sines em particular, possuem vários fatores que potenciam a sua relevância estratégica em termos comerciais e energéticos. Para além da sua posição geoestratégica na fachada Atlântico Norte, o *Soft Power* que este possui, fruto não só das ligações históricas que possui com os países de Língua Portuguesa, mas também face à forma como é respeitado nas várias organizações internacionais em que está inserido, aumenta ainda mais a sua competitividade em relação às alternativas existentes.

Será essa a porta de entrada da China para a Europa, de que os analistas tanto falam? Certo é que é indiscutível a relevância de Portugal para o sucesso da *BRI*, pois a inclusão do território português neste projeto aumentaria o valor da Iniciativa, face à posição que este país possui no limite ocidental da região euroasiática. Para Gaspar (2018:72) “ao possibilitar, com a sua integração, a interconexão das vias marítima e terrestre no ponto mais a ocidente do globo chinês, faria com que existissem ligações entre o meio ferroviário, marítimo e aéreo por toda a região euroasiática”.

O povo português herdou a história gloriosa de uma antiga superpotência que vem com o relacionamento de longo prazo com a China, estabelecido a partir da dinastia Ming em 1557 e o seu enclave de Macau, que foi entregue a Pequim em 1999 após quase quatrocentos anos de colonização portuguesa. Segundo Le Corre (2018), a forte presença de Portugal na Ásia, nomeadamente através das suas possessões asiáticas como Malaca, que agora pertence à Malásia, ou Goa, que se encontra na posse da Índia, ou até da Formosa, que agora conhecemos como Taiwan, contribui para que alguns portugueses aparentemente "romantizem a ideia de sua influência no mundo".

Outros insistem que Portugal pertence ao Ocidente, pelo que os portugueses não estão "preparados para sacrificar a democracia ou os seus valores", segundo afirmou a Le Corre (2018) um executivo sénior de uma importante empresa portuguesa. Outro executivo terá ainda referido que "se algo der errado, sempre podemos nacionalizar os ativos chineses", opondo-se à "teoria da conspiração" na forma das aquisições chinesas em Portugal. A maioria dos líderes de empresas portuguesas são inflexíveis quanto à falta de opções. "Onde estavam os países da UE na época da crise financeira? (Le Corre, 2018).

Por outro lado, numa conferência realizada em 2015 em Lisboa, o ex-presidente do Banco Português de Investimento, Fernando Ulrich, referiu estar "chocado com esses grandes investimentos chineses em empresas estratégicas portuguesas [...] Portugal tornou-se um porta-aviões chinês na Europa"³.

Nos últimos três anos, o discurso público tornou-se cada vez mais favorável ao investimento chinês e ao BRI, com o governo a oferecer Lisboa como um dos principais destinos para o IDE chinês. A Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa é patrocinada abertamente por empresas chinesas, conforme se pode ver no seu site⁴ que exhibe um grande número de atividades que incentivam *joint ventures* sino-portuguesas. Consequentemente, existem poucas opiniões divergentes.

³<https://www.jornaldenegocios.pt/negocios-iniciativas/conferencia-negocios/conferencia-negocios-2015/detalhe/fernando-ulrich-choca-me-tanto-investimento-chines-em-empresas-estrategicas-portuguesas>

⁴ <http://ccilc.pt/>.

Ao longo da realização desta dissertação, a autora encontrou várias limitações para este estudo que se prendem, sobretudo, como o pouco debate que existe entre a comunidade académica portuguesa sobre a questão da presença da China no nosso país.

Segundo Le Corre (2018) “não há um debate significativo em Portugal sobre este (e outros) acordos envolvendo a China. A comunidade académica portuguesa é muito pequena, e no que se refere a especialistas da China é muito neutra em relação a esse assunto e alguns deles estão envolvidos em projetos de pesquisa com universidades chinesas ou são indiretamente subsidiados pela China (através de sua embaixada).”

Até agora ainda não se registou nenhum debate público sobre o investimento estrangeiro direto da China, nem existe uma avaliação crítica por escrito que tenha sido publicada. Esperemos, no entanto, que à medida que a presença económica da China atinja uma massa crítica, essa situação possa mudar.

Entretanto, a porta de entrada da China para a Europa encontra-se aberta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEI, A. E. (2018). China Global Investment Tracker. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>

Aharoni, Y. (1966). *The Foreign Investment Decision Process*. Cambridge, MA: Harvard Graduate School of Business.

Baimbridge, M. & Whyman, P. (2005). Labour Market Flexibility and Foreign Direct Investment, *Work Pensions and Labour Economics (WPEG)*, Conference, University of York, July.

Baranson, J. (1978). Technology Transfer: Effects on US Competitiveness and Employment. In *US Department of Labor. The Impact of International Trade and Investment on Employment*. Washington.

Basi, R. S. (1963). *Determinants of United States Private Direct Investments in Foreign Countries*. Kent, Ohio: Kent State University Press.

Bevan & Estrin (2004). The Determinants of Foreign Direct Investment into European Transition Economies. *Journal of Comparative Economics*, 32, 775-787.

Bijian, Z. (2005). China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. *Foreign Affairs* 84 (5), p. 22.

Blomström, M. e A. Kokko (1998), Multinational Corporations and Spillovers, *Journal of Economic Surveys*, 12(3), pp. 247-277.

Botelho, J.M.M., Silva, A.M.A. S. & Sousa, A.J.C. (2014). Determinantes da atratividade do Ide em Portugal. *Jornadas Luso Espanholas de Gestão Científica*. Leiria: Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

Buckley, J. & Casson, M. (1976). *The Future of the Multinational Enterprise*. Londres, Macmillan.

Cai, P. (2017). *Understanding China's Belt and Road Initiative*. Sidney: Lowy Institute for International Policy.

Campa, Jose M. (1993), Entry by Foreign Firms in the U.S. Under Exchange Rate Uncertainty, in *The Review of Economics and Statistics*, pp. 614-622

Caves, R. (1974), Multinational Firms, Competition and Productivity in Host-Country Markets, *Economica*, 41, pp. 176-193.

CCTV. (2013). President Xi Jinping delivers speech at Nazarbayev University. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dHkNzMjEv0Y>

Coase, R. H. (1937). *The Nature of the Firm*. *Economica*, 4, 386-405.

Cohen R.B. et al. (eds, 1979). *The Multinational Corporation: A Radical Approach. Papers by Stephen Herbert Hymer*. Cambridge University Press. Cambridge, Mass.

Dunning, J. (1988a), «The eclectic paradigm of international production – A restatement and some possible extensions», *Journal of International Business Studies*, 19(1), 1–31.

Dunning, J. (1988b), «Explaining international production», London: George Allen and Unwin.

Dunning, J. H. (1998). *Location and the multinational enterprise: a neglected factor*. *Journal of International Business Studies*, 29 (1), 45–66.

Dunning, J. e Lundan, S. (2008), «Theories of foreign direct investment», in John H. Dunning e Sarianna M. Lundan (orgs.), *Multinational Enterprises and the Global Economy*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, pp 79-115.

Durán, H. (2001). *Estrategia y economía de la empresa multinacional*. Madrid: Pirámide.

Ferreira, E. S., Oliveira, J. P. & Mortágua, M. J. (2010). *Investigação e Prática em Economia*. 1ª Edição, Princípia Editora.

Ferreira, M. P., Reis, N., & Serra, F. (2011). *Negócios internacionais e a internacionalização para economias emergentes*. Lisboa: Lidel Ed. Técnicas.

Froot, K. A., & Stein, J. C. (1998). Risk management, capital budgeting, and capital structure policy for financial institutions: an integrated approach. *Journal of Financial Economics*, 47(1), 55-82.

Gaspar, R.M.L. (2018). *Portugal e o Porto de Sines na Grande Estratégia Geoeconómica Chinesa: A Belt and Road Initiative*. Dissertação de Mestrado em Estratégia. Lisboa: ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Grossman, G. & Helpman, E. (1991), «Innovation and Growth in the Global Economy», Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA.

Hanson, G. (2001). Should countries promote foreign direct investment? *G-24 Discussion Paper Series*, 9. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/pogdsmdpbpg24d9.en.pdf>

Hartman, D. (1984). Tax policy and foreign direct investment in the United States. *National Tax Journal*, 37, 475-488.

Hartman, D. (1985). Tax policy and foreign direct investment. *Journal of Public Economics* 26: 107-21.

Huang, Y (2016). Understanding China's Belt & Road Initiative: Motivation, framework and assessment. *China Economic Review*, 40: 314-321.

Hymer, S. H. (1960). *The international operations of national firms, a study of direct foreign investment*. Tese de doutoramento em Economia Industrial. Massachusetts Institute of Technology.

Kaufmann, D. & Kraay, A. (2002), Growth Without Governance, *Policy Research Working Paper no. 2928*, The Institute and Development Research Group.

Kindleberger, C. P. (1969). *American business abroad: six lectures on direct investment*, New Haven: Yale University.

Knickerbocker, F. T. (1973). *Oligopolistic reaction and multinational enterprise*. Boston: Harvard Graduate School of Business Administration.

IEA, I. E. (2017). *Renewables 2017 Market Report*. Disponível em: <https://www.iea.org/media/publications/mtrmr/Renewables2017LaunchPresentation.pdf>

Ilhéu, F. (2017). A Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI: Os Países de Língua Portuguesa na Cadeia de Valor Global da China. *Oriente Ocidente*, pp. 38-43.

Jinping, X. (2017). *Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era*. Disponível em: 19th National Congress of the Communist Party of China: http://www.xinhuanet.com/english/download/Xi_Jinping's_report_at_19th_CPC_National_Congress.pdf

Le Corre, P. (2018). China's Rise as a Geoeconomic Influencer: Four European Case Studies. Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2018/10/15/china-s-rise-as-geoeconomic-influencer-four-european-case-studies-pub-77462>

Lim, E. (2001). Determinants of, and the relation between, foreign direct investment and growth: A summary of the recent literature. International Monetary Fund Working Paper, Middle Eastern Department. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2001/wp01175.pdf>

Lucas, R. (1993). On the Determinants of Foreign Direct Investment: evidence from east and south-east Asia. *World Development*, Vol. 21, no. 3, pp. 391-406.

Lusa (2018). Investimento chinês em Portugal é plano para controlar sul da Europa. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/portugalchina-investimento-chines-e-plano-para-controlar-sul-da-europa---academico--10263761.html>

Mackinder, H.J. (1904) The Geographical Pivot of History, *Geographical Journal* 23: 421–37.

Mackinder, H.J. (1996). *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*. Washington, DC: National Defense University Press.

Mahan, C. A. (1890). *The influence of sea power upon history 1660-1783*. Boston: Little, Brown, and company.

Mcculloch, R. & Yellen, J. L. (1982). Technology Transfer and the National Interest. *International Economic Review*, June, pp. 421-428.

Medina, A. (2005). Causas de la internacionalización de la empresa. *Análisis Económico*, 45(20), 49-62.

Michalet, C. (1999). *La Séduction des Nations ou Comment attirer les investissements*. Paris, Economica.

Nigh, D.(1986), Political Events and the Foreign Direct Investment Decision: an Empirical Examination, *Managerial and Decision Economics*, vol. 7, pp. 99-106.

Nigh, D.; Schollhammer, H.(1987), Foreign Direct Investment, Political Conflict and Cooperation: The Asymmetric Response Hypothesis,, *Managerial and Decision Economics*, vol. 8, pp. 307-312

NRDC, N. D. (2015). *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*. Disponível em: http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html

OECD. (2016). *FDI in Figures*. Disponível em: <http://www.oecd.org/corporate/FDI-in-Figures-April-2016>.

Ohlin, B. G. (1933). *Interregional and international trade*. Cambridge : Harvard University Press.

Parcon, H. (2008). *Labor Market Flexibility as a Determinant of FDI Inflows*. Department of Economics, University of Hawai'i at Mānoa.

Pareja-Alcaraz, P. (2017). Chinese investments in Southern Europe's energy sectors: Similarities and divergences in China's strategies in Greece, Italy, Portugal and Spain. *Energy Policy*, 101, pp. 700-710.

Pedroso, A. F. (2015). *As determinantes do Investimento Directo Estrangeiro Chinês: uma comparação entre a Ásia e a África*. Dissertação de Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus, Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa.

Pop, I. I. (2016). *Strengths and Challenges of China's "One belt, One road" Initiative*. London: Centre for Geopolitics & Security in Realism Studies.

Port.Com (2018) O crescent investimento chinês em Portugal e a influência do capital. Disponível em: <http://www.revistaport.com/noticia/7/3898>.

Romana, H. (2018). República Popular da China: Cultura Estratégica e Calculative Strategy. Em N. C. Carlos Piteira, I. Rodrigues, & T. d. Silva, *Antologia sobre a a Ásia Contemporânea* (pp. 43-52). Lisboa: ISCSP.

Ramón, A. B. (2002). *La expansión internacional del sector hotelero español*. Alicante: Caja de Ahorros del Mediterráneo.

Reddy, N. M. & Zhao, L. (1990), International Technology Transfer: A Review. *Research Policy*, vol. 19, pp. 285-307.

Rialp, A. (1999). Los enfoque micro-organizativos de la internacionalización de la empresa: Una revisión y síntesis de la literatura. *ICE: cambio tecnológico y competitividad*, 781, 117-128.

Rodrigues, A (2018) Portugal como porta de entrada chinesa na Europa. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/636777/portugal-como-porta-de-entrada-chinesa-na-europa>

Rodrigues, P. C. D. F. (2009). *Fusões e Aquisições Internacionais e Investimentos de Raiz: Determinantes Macroeconómicos e Efeitos sobre o Crescimento*. Tese de Doutoramento em Ciências Empresariais, Faculdade de Economia, Universidade do Porto.

Romana, H. (2018). República Popular da China: Cultura Estratégica e Calculative Strategy. Em N. C. Carlos Piteira, I. Rodrigues, & T. d. Silva, *Antologia sobre a a Ásia Contemporânea* (pp. 43-52). Lisboa: ISCSP.

Romana, H. B. (2005). *República Popular da China: A Sede do Poder Estratégico*. Coimbra: Almedina.

- Samli, A. C. (1985). Technology Transfer: the General Model. In A. C. Samli (Ed.), *Technology Transfer, Geographic, Economic, Cultural and Technical Dimensions*. Quorum Books, London.
- Sánchez, A. & Camacho, E. (2007). *Internacionalização empresarial: Um modelo explicativo do modo de entrada*. Disponível em: http://www.uhu.es/alfonso_vargas/archivos/Artigo_Encontros_Cientificos_3.pdf
- Schneider, F. e Frey, B. (1985), Economic and Political Determinants of Foreign Direct Investment. *World Development*, 13, pp. 161-175.
- Silva, S. (2010). *Determinantes do investimento directo estrangeiro em Portugal*. Lisboa ISCTE-IUL, Dissertação de mestrado. Disponível em: [www:http://hdl.handle.net/10071/4459](http://hdl.handle.net/10071/4459).
- Sit, T., Wong, E., Lau, K. C., & Wen, T. (2017). One belt, One road: China's strategy for a new global financial order. *Monthly Review*, 68(8), 36-45
- Stevens, G. (2000), «Politics, economics and investment: Explaining plant and equipment spending by US direct investors in Argentina, Brazil and Mexico», *Journal of International Money and Finance* 19, 153-183.
- United Nations Conference on Trade and Development (1994), *World Investment Report 1994: Transnational Corporations Employment and the Workplace*, (New York and Geneva: United Nations), United Nations publication.
- United Nations Conference on Trade and Development (1995), *World Investment Report 1995: Transnational Corporations and Competitiveness*, (New York and Geneva: United Nations), United Nations publication, Sales No.E.95.II.A.9.
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (1996), *World Investment Report 1996: Investment, Trade and International Policy Arrangements* (New York and Geneva: United Nations), United Nations publication, Sales No. E.96.II.A.14.
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (1997), *World Investment Report 1997: Transnational Corporations, Market Structure and Competition Policy* (Geneva and New York: United Nations), United Nations publication, Sales No. E.97.II.D.10.
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (1998), *World Investment Report 1998: Trends and Determinants Overview*, New York: United Nations publication.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (2005), *World Investment Report 2005: Transnational Corporations and the Internationalization of R&D*, New York: United Nations.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), estatísticas. Disponível em: [http://unctad.org/en/Pages/DIAE/Foreign-Direct-Investment-\(FDI\).aspx](http://unctad.org/en/Pages/DIAE/Foreign-Direct-Investment-(FDI).aspx).

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (2017). *Review of Maritime Transport 2017*. Geneva: United Nations Publication.

Valente, A. (2018). Energy Cooperation vs. Resource Nationalism in Southeast Asia. Em Vários, *Antologia Sobre a Ásia Contemporânea* (pp. 139-160). Lisboa: ISCSP.

Vernon, R. (1966). International investment and international trade in the product cycle. *Quarterly Journal of Economics* 80, pp. 190-207.

Wilhelms, S. K., & Witter, M. S. D. (1998). *Foreign direct investment and its determinants in emerging economies*. United States Agency for International Development, Bureau for Africa, Office of Sustainable Development.

World Bank (1999), «World Bank Report 1999 – 2000: Entering the 21st Century – The Changing Development Landscape», Oxford University Press, USA.

Wood, J.C. (1995). *Bertil Ohlin: Critical Assessments*. Routledge

World Bank, (2018), *Belt and Road Initiatives*, Overview. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/brief/belt-and-road-initiative>

Zhang, K. & Markusen, J. (1999). Vertical Multinationals and Host-country Characteristics. *Journal of Development Economics* 59 (2): 233–252.